



Educação, Informação Comunicação e Saúde: Proteções contra a DESINFORMAÇÃO

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO**

EIXO TEMÁTICO: GT 2

**Dimensões da desinformação na pandemia do Covid-19:
uma análise sociológica de embates e limites**

***Dimensions of disinformation in the Covid-19 pandemic:
a sociological analysis of debates and limits***

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O presente ensaio é uma análise sociológica da desinformação na pandemia do Covid-19, com o objetivo de identificar as diferentes dimensões em que está consubstanciada, bem como, os circuitos de persuasão. Sabemos que a desinformação pode vir de uma fonte digital artificial, mas também de uma fonte institucional oficial. E de que ambas as fontes podem ser alimentadas de diferentes maneiras, como por exemplo, via influencers, oportunismo político, e no caso em tela, inclui-se também o negacionismo científico deliberado. Assim, interessou-nos encontrar e expor algumas dessas situações no contexto da pandemia do Covid-19, buscando identificar características que vão do impacto político à linguagem utilizada. Trazendo à tona evidências de um modelo sistemático de desinformação e negacionismo científico. Mas, que por sua vez, encontrou limites frente à ação organizada da comunidade científica e dos movimentos sociais.

Palavras-chave: SUS; ciência; desinformação.

Abstract: This essay is a sociological analysis of disinformation in the COVID-19 pandemic, with the aim of identifying the different dimensions in which it is embodied, as well as the circuits of persuasion. We know that disinformation can come from an artificial digital source, but also from an official institutional source. And that both sources can be fed in different ways, such as via influencers, political opportunism, and in the case at hand, also deliberate scientific denialism. Thus, we were interested in finding and exposing some of these situations in the context of the COVID-19 pandemic, seeking to identify characteristics ranging from the political impact to the language used. Bringing to light evidence of a systematic model of disinformation and scientific denialism. But, this in turn, has found limits in the face of the organized action of the scientific community and social movements.

Keywords: SUS; science; misinformation.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio é uma análise sociológica da desinformação na pandemia do Covid-19, com o objetivo de identificar as diferentes dimensões em que está consubstanciada, bem como, os limites que foram perpetrados. Tais limites, em nosso modo de ver, passam pela ação da comunidade científica, dos movimentos sociais, e também, instâncias de poderes institucionais. Formatando um embate de golpes e contragolpes ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, estando a saúde pública, representada no Sistema Único de Saúde (SUS), no epicentro.

Assim, interessou-nos encontrar e expor algumas dessas situações no contexto da pandemia do Covid-19, principalmente no período entre 2020 e 2022, buscando identificar características que vão do impacto político à linguagem da informação utilizada. Tal recorte histórico se estabelece entre a chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil e o fim do governo Bolsonaro, considerado negacionista, o que confere um período de três anos.

Para tanto, a pesquisa é imbuída da sociologia reflexiva, e propõe um referencial teórico que trabalhe a contemporaneidade da relação informação e política, onde nos encontramos com a obra do historiador e beletrista, Rocha (2021), intitulado *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Bem como, da relação situacional da política com a gestão pública, em especial em momentos de pressão como nos ensina o economista Carlos Matus.

Para uma breve contextualização temática, no âmbito da relação pandemia do Covid-19 e negacionismo científico (institucional), basta lembrar que em meados do primeiro semestre de 2023 a desinformação entrou para a pauta da conjuntura política com intensidade, impulsionada pelo Projeto de Lei de Combate às *Fake News*, e pela comprovação de fraude no Cartão de Vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro operado por um servidor militar a partir do próprio Planalto da República.

A fraude no Cartão de Vacinação juntamente com a suspeição de vínculo do ex-presidente Jair Bolsonaro com milícias digitais, demonstram o contexto ao qual estava sujeita a gestão do SUS num período muito peculiar da trajetória sanitária do país em decorrência da pandemia do Covid-19.

Dada realidade gerou, inclusive, um subsequente grande debate referente às *Big Techs*, pois seriam as próprias, as controladoras da desinformação nas redes

sociais. Que dentre todas contradições está o fato de não serem plataformas digitais nacionais, o que reforçava também a complexidade da discussão sobre regulação.

Noutro contexto, em 2019, numa breve regressão ao período pré-pandêmico, recordamos que o principal destaque na pauta da saúde pública foi a mudança da lei e respectivo sancionamento do Programa Médicos Pelo Brasil, em 18 de dezembro. Substituindo o Programa Mais Médicos, acusado de ideologização em função da presença dos médicos cubanos, nas eleições de 2018, pela chapa do então candidato Jair Bolsonaro. O “novo” programa chegou na sequência da mudança do modelo de atendimento básico do SUS, pelo então governo, que adquiria um caráter mais seletivo e restritivo de atendimento, por vincular o orçamento ao cadastro e não aos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios.

Também em dezembro de 2019, a China apresentou oficialmente as primeiras mortes por Covid-19. A OMS apresentava relatório do nível de expansão, no dia 10 de janeiro de 2020, período no qual o mundo foi alertado sobre a pandemia do Covid-19, e iniciativas passariam a ser tomadas pelas Nações. No Brasil, no início de 2020 a presença do Covid-19 ainda era tímida e a Dengue ainda estava em alta. A China demonstrava abertamente à imprensa mundial sua preocupação com a situação, e apresentava iniciativas governamentais de enfrentamento à contaminação, orientando medidas de prevenção como o distanciamento social.

No panorama internacional se discutia principalmente o comportamento de dois países, da China e dos EUA, perante o COVID 19. Uma das reações que é passível de ser considerada governista, foi um *tweet* do deputado federal Eduardo Bolsonaro, questionando a divulgação da informação sobre o vírus pela China. Que eminentemente foi repudiado pela Embaixada Chinesa, e por políticos e gestores nacionais, especialmente governadores, para não se ideologizar ou politizar o momento e sim encontrar a cura e as formas de combate à pandemia do Covid-19.

É a partir da realidade dos sinais da chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil, e o comportamento do governo federal, que se tem o objeto de nossa análise. O presidente da República adotava o discurso de “crise na saúde pública”. Ao tempo em que divulgava participação em atos públicos junto a correligionários políticos, quando a orientação deveria ser o distanciamento social e prevenção. Na última semana de março foi constatado que a contaminação por Covid-19 avançou intensamente no Brasil, o prognóstico dos especialistas já expressava sérios problemas emergenciais.

A tensa situação era acentuada com o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro, no dia 24 de março, em que classifica o Covid-19 de “gripezinha”. Que entre outras coisas relativizou a orientação da OMS e do próprio Ministério da Saúde para o isolamento social, levando o ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta a uma situação de desconforto. Os governadores dos 26 estados, junto ao DF, também reagiram ao posicionamento do presidente Jair Bolsonaro reafirmando a orientação da OMS para o isolamento social.

O contexto demonstrava que o combate à desinformação na pandemia do Covid-19 seria um contínuo no governo Bolsonaro. Uma das primeiras sinalizações formais dessa situação, e que serve de exemplo para nosso objeto de análise, é a manifestação da SBPC intitulada *SBPC: Bolsonaro presta desserviço aos esforços para reduzir efeitos trágicos*, datado de 25 de março de 2020, onde repudia veementemente o pronunciamento do presidente da república. Segue um trecho:

“(...) o pronunciamento significou um desserviço às ações consequentes de enfrentamento do coronavírus que estão sendo sugeridas e implementadas pelo próprio Ministério da Saúde e suas instituições, por governadores e outros gestores, e pelos órgãos de saúde pública e por seus profissionais. São particularmente graves as afirmações que minimizam as consequências desta pandemia para a saúde dos brasileiros e a atitude contrária a medidas fundamentais para reduzir os efeitos trágicos que dela poderão advir. As declarações foram na direção oposta ao que os organismos nacionais e internacionais de saúde estão propondo e essa incoerência expõe também a falta de liderança e de coordenação dentro do governo para enfrentar essa crise sanitária no País.” (SBPC, 2020)

A iniciativa da SBPC, conforme nossa proposta de análise, representou um contragolpe ao SUS, ao mobilizar a comunidade científica contra a desinformação na saúde. Desta maneira, nosso objetivo é demonstrar outras situações como essa, durante o percurso do governo Bolsonaro na pandemia do Covid-19. Temática que envolve a natureza do ódio no negacionismo científico, emergida numa narrativa antipolítica e antissistema. Do qual setores responsáveis da sociedade brasileira se fez presente, e de certa maneira limitou o avanço da desinformação.

2 DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista que nossa análise perpassa a relação informação e política, Rocha (2021), nos proporciona uma teorização no tema muito importante que trata pormenorizadamente o ambiente de guerra cultural, que no Brasil têm como ápice o

fenômeno político-social do Bolsonarismo. O ex-deputado federal, advindo da carreira militar, Jair Bolsonaro, ganhou as eleições presidenciais de 2018 com discurso antipolítica e antissistema, tornando-se um líder nacional da “transnacional” extrema direita. Alimentando um discurso de ódio contra a inteligência brasileira e contra a informação, “a retórica do ódio é uma técnica discursiva que lança mão de recursos estilísticos determinados, a fim de produzir efeitos precisos” (Rocha, 2021, p.174).

Nesta perspectiva, nossa problematização tem como elemento o enfrentamento de tais efeitos discursivos impetrados, neste caso, correlato à desinformação na saúde. Do qual trazemos para a interpretação da trama, a ideia de jogo social, tratado por Carlos Matus (2005), na qual tem como enfoque o enfrentamento de incertezas e determinações, voltado para o governo e governantes, a partir de equilíbrio e desequilíbrios de planos e estratégias políticas. No jogo social, está intrínseco a relação da teoria e prática de governos e/ou processos sociais, no qual a sua dissociação é objeto de análise, e onde o autor produz o conceito de “interdeterminação”. Tendo como base que em última instância são as próprias pessoas e respectivas estruturas que produzem os sistemas sociais.

Assim, adotamos a pesquisa com metodologia descritiva, por entender que buscamos aprofundar um tema, e de viés qualitativa por analisar conteúdos e fenômenos no âmbito da sociologia reflexiva. Para uma demonstração material, nos baseamos em notícias jornalísticas e documentos que remetessem ao objeto de análise. Ou seja, daquilo que estamos chamando aqui de golpe e contragolpe à desinformação na saúde. Apresentando cinco situações por ano, num recorte histórico que englobou três anos, de 2020 a 2021, somando, portanto, 15 situações. A partir disso, nos interessa justamente analisar a disruptiva, pelo menos em parte, da desinformação (atrelada à retórica do ódio) na pandemia do Covid-19.

A seguir, demonstrações de situações de golpes e contragolpes ao enfrentamento à pandemia do Covid-19:

2020 - É um ano de eleições municipais em todo território brasileiro. Destacamos as seguintes situações:

- 1) Golpe: 24 de março – Presidente em pronunciamento de rede nacional chama Covid-19 de “gripezinha”. Contragolpe: 25 de março – Manifestação da SBPC intitulada *SBPC: Bolsonaro presta desserviço aos esforços para reduzir efeitos trágicos*.

- 2) Golpe: 03 de abril – Presidente defende imunidade de rebanho com metáfora em entrevista ao jornalista José Datena, na TV Bandeirantes. Contragolpe: 07 de abril – Seis entidades (CNBB, OAB, Comissão Arns, ABC, ABI e SBPC) divulgam o manifesto *Pacto pela Vida e Pelo Brasil*.
- 3) Golpe: 08 de abril – Presidente recomenda o tratamento com hidroxicloroquina para Covid-19, em entrevista ao jornalista José Datena, na TV Bandeirantes. Contragolpe: 17 de abril – O Conselho Deliberativo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou uma nota em defesa da ciência e de seus pesquisadores envolvidos no estudo de Cloroquina para Covid-19 (CloroCovid-19), em que os primeiros testes demonstrou alta letalidade.
- 4) Golpe: 07 de maio – Presidente, em *live*, afirma que fará um churrasco no sábado (09 de maio) e que convidou o presidente do CGU, as mortes por Covid-19 estavam ascendentes. Contragolpe: 29 de maio – é lançado o movimento Frente pela Vida, unindo entidades e sociedade civil em defesa da vida e da ciência.
- 5) Golpe: 30 de julho – Presidente, em *live*, diz que as consequências da pandemia para economia são mais graves que o próprio vírus. Contragolpe: 13 de agosto – Butantan para popularizar a testagem de Covid-19 vai até o Bom Prato do Brás.

2021 - O governo federal inicia marcado pela fragilidade na governança da pandemia do Covid-19. O Brasil chegaria a 500 mil mortes pela doença em 19 de junho, e a 600 mil mortes em 08 de outubro. Destacamos as seguintes situações:

- 1) Golpe: 30 de janeiro – Em meio à crise de abastecimento de oxigênio em Manaus/AM, e com o ministro da saúde Eduardo Pazuello sob pressão, o Presidente declara à imprensa: “O trabalho é excepcional do Pazuello, é um tremendo de um gestor”. Contragolpe: 02 de fevereiro – A cientista Margareth Dalcomo publica artigo no O Globo intitulado “Vacina, sim! Para todos”.
- 2) Golpe: 04 de março – Presidente declara à imprensa que quem o pressiona por mais vacinas são “idiotas”, e sobre comprar mais vacinas declarou: “só se for na casa da tua mãe”. Contragolpe: 12 de março – A vacina AstraZeneca/Oxford produzida em parceria com a Fiocruz recebe da ANVISA registro definitivo.
- 3) Golpe: 08 de março – Presidente declara em entrevista à CNN que não adotaria lockdown. Contragolpe: 01 de abril – CNS divulga Carta Aberta às autoridades do Legislativo e Executivo sobre a incompatibilidade do orçamento do SUS em 2021.
- 4) Golpe: 03 de abril – Ministro Kássio Nunes, do STF, indicado pelo Presidente impetra liminar de liberação de cultos e missas um dia antes da páscoa. Contragolpe: 02 de maio – O neurocientista Miguel Nicolelis em entrevista ao

“Papo Reto”, publicado no jornal Extra, fez alusão a frase utilizada na série “Game of Thrones”, “o inverno está chegando”, para ser referir a ameaça de mortandade em massa.

- 5) Golpe: 01 de junho – Presidente declara desejar a realização da Copa América no Brasil. Contragolpe: 19 de junho – Conass divulgava o dado de que a pandemia do Covid-19 no Brasil chegava a 500 mil mortes.

2022 - A conjuntura era complexa, tendo como fator as eleições presidenciais¹.

Destacamos as seguintes situações:

- 1) Golpe: 06 de janeiro – Presidente em entrevista a uma emissora de rádio de Pernambuco fez a seguinte autorização à Anvisa ao autorizar vacinação de crianças: “qual o interesse da Anvisa por trás disso aí?”. Contragolpe: 07 de janeiro – Fiocruz recebe da Anvisa parecer favorável para a produção da vacina contra o COVID-19 100% nacional.
- 2) Golpe: 15 de janeiro – O quarto ministro da saúde da pandemia, Marcelo Queiroga, em entrevista ao Valor Econômico, disse que o governo pretende criar uma plataforma “Open Health” (modelo importado) de dados da saúde pública que serviria ao setor privado. Contragolpe: 21 de janeiro – A médica sanitária, Ligia Bahia, à época coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento na Saúde, da UFRJ, declarou: “Essa ideia é um contrabando, tem como pressuposto que a área de saúde é similar ao setor bancário”.
- 3) Golpe: 21 de abril – Presidente dá indulto ao deputado federal, negacionista, Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo. Contragolpe: 06 de maio – Abrasco divulga as orientações da Frente pela Vida para a Conferência Livre, Democrática e Popular da Saúde.
- 4) Golpe: 29 de agosto – Governo publica MP 1136 que derrubava a lei que proibia cortes na FNDCT. Contragolpe: 30 de agosto – ABC, ANDIFES, CONFAP, CONFIES, CONIF, CONSECT, IBRACHICS e SBPC divulgam nota da pela comunidade científica que repudia a MP 1136, e de que a mesma atropela poderes constitucionais.
- 5) Golpe: 07 de setembro – Presidente em discurso eleitoral no Rio de Janeiro, após motociata, declara: “Nosso governo é exemplo”. Contragolpe: 22 de setembro – CNS lança manifesto pedindo respeito ao Estado Brasileiro e sua soberania, sua Constituição e os poderes constituídos.

¹ Um símbolo disso foi a retirada do orçamento para a gestão interna do Ministério da Fazenda, de Paulo Guedes, e delegada ao Ministério da Casa Civil, de Ciro Nogueira. Orçamento este que possuía o próprio, do executivo, somado à discussão administrativa do fundo eleitoral, e das emendas parlamentares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações de golpes e contragolpes, em relação à vida, à ciência e ao SUS, durante a pandemia do Covid-19. Evidenciam como proposto um jogo social com especial comportamento da comunidade científica. A comunidade científica, enquanto campo social, se apresentou e enfrentou o problema do negacionismo científico com flexibilidade mediante as diferentes conjunturas políticas no referido período de três anos. Do enfrentamento mais direto, a conformação para um projeto político democrático a partir de 2023. Sendo elemento crucial para a contabilização do resultado eleitoral presidencial tendo em vista a pouca diferença com que Jair Bolsonaro foi derrotado por Luiz Inácio. Onde o símbolo mais contundente foi a nomeação da ex-presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, para o Ministério da Saúde.

Também é possível identificar na desinformação impetrada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, dirigido ao Covid-19, uma limitação a partir de constrangimentos enfrentados seja no campo da ciência, seja no campo institucional. Pois se constata que após o 19 de junho de 2021, quando é anunciado as 500 mil mortes pela pandemia, as desequilibradas declarações do ex-presidente em relação ao Covid-19 praticamente desapareceram. Na verdade, o que se vê são recuos de postura tendo como exemplos o veto de indicação do próprio governo ao Kit Covid e ao “tratamento precoce” no segundo semestre de 2021, durante a CPI do Covid-19, e seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 20 de setembro de 2022, na iminência das eleições presidenciais, enaltecendo o alcance da vacinação.

Cabendo exponenciar o quanto o ex-presidente estava alheio às ações de enfrentamento da pandemia do Covid-19, mesmo com ações sendo subsidiadas por políticas federais, demonstrando a sua completa ausência de governança na questão. Na maioria das vezes, as iniciativas positivas que dependiam do poder executivo eram demandas pela esfera legislativa, judiciária, empresas públicas nacionais e sociedade civil organizada. Das quais é possível verificar sinergias de ações, ou do “plano” unificado como Matus (2005) disserta, que no universo simbólico da comunicação se fazia valer frente às pirotécnicas narrativas do governo federal. Uma referência prática foi o movimento Vacina Maré, na populosa favela da Maré-RJ, a partir de parceria entre Prefeitura do Rio de Janeiro, Fiocruz, Redes da Maré e Movimento Comunitário, em outubro de 2021, que aplicou a segunda dose em mais 90% da população daquele território, em menos de uma semana.

Dada a situação, do que nomeamos de golpes e contragolpes ao enfrentamento à pandemia do Covid-19, ficou visível de forma geral o quanto o Movimento Sanitário comprovou novamente a positiva tradição brasileira na prevenção de doenças a partir da vacinação. A população, ao contrário do que preconizava o ex-presidente e respectivas milícias digitais, aderiu em massa à vacinação no momento em que as mesmas foram disponibilizadas. E este é o fato mais concreto da limitação que o “gabinete do ódio” alicerçado no negacionismo científico e na “necropolítica”, encontrou. Que em última instância é o próprio SUS, ou seja, por sua diretriz de caráter universalista foi ele próprio um fator de interação. Garantido pelos agentes mencionados.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

IBRAHIM, C. A cronologia do negacionismo genocida: de zero a quinhentas mil mortes. *In*: IBRAHIM, C. **Tempestade perfeita: o bolsonarismo e a sindemia Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. p. 31-69.

LE MOS, A. *et al.* Fiocruz no contexto da pandemia do Covid-19: experiência frente ao negacionismo científico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, dez. 2024. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fiocruz-no-contexto-da-pandemia-do-covid19-experiencia-frente-ao-negacionismo-cientifico/19448?id=19448&id=19448>

MATUS, C. **Teoria do jogo social**. São Paulo: Fundap, 2005.

PARAGUASSU, L. **Linguagem simples na saúde: Contribuições dos estudos da linguagem para o letramento em saúde no Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em Letras) Rio Grande do Sul: UFRS, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/289187/001244155.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ROCHA, J. **Retórica do ódio e guerra cultural: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminhos, 2021,

Manifestação da SBPC sobre o pronunciamento do Presidente da República no dia 24 de março. **SBPC**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/manifestacao-da-sbpc-sobre-o-pronunciamento-do-presidente-da-republica-no-dia-24-de-marco/> Acesso em: 14 mai. 2025.